



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE 2025**  
**(Da Sra. CLARISSA TÉRCIO)**

Institui a “Política Nacional de Tratamento e Fornecimento Gratuito de Medicamentos contra a Obesidade e Doenças Metabólicas Associadas”, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Tratamento e Fornecimento Gratuito de Medicamentos contra a Obesidade e Doenças Metabólicas Associadas, abrangendo:

- I. tirzepatida (Mounjaro);
- II. semaglutida (Ozempic, Wegovy);
- III. outros medicamentos similares, pertencentes à mesma classe terapêutica ou com mecanismos de ação equivalentes, incluindo agonistas de GLP-1, agonistas duplos GLP-1/GIP e análogos hormonais de ação metabólica, desde que aprovados pela ANVISA.

Art. 2º A Política tem como finalidade garantir amplo acesso a terapias modernas, eficazes e seguras, visando o controle e tratamento da obesidade e de suas comorbidades, com ênfase na redução de riscos cardiovasculares, metabólicos e hormonais.

Art. 3º São objetivos específicos da Política:





I. assegurar tratamento adequado, atualizado e de referência para pacientes diagnosticados com obesidade ou doenças metabólicas correlatas;

II. promover políticas de educação alimentar, atividade física e acompanhamento multiprofissional para apoiar a adesão ao tratamento;

III. oferecer alternativas terapêuticas menos invasivas, mais céleres e de menor risco clínico antes da indicação de procedimentos cirúrgicos, como a cirurgia bariátrica;

IV. fortalecer a capacidade do SUS de tratar condições crônicas por meio da distribuição de medicamentos modernos, incluindo fármacos similares e equivalentes terapêuticos aprovados pela autoridade sanitária.

Art. 4º É assegurado ao paciente o fornecimento gratuito dos medicamentos previstos nesta Política, mediante:

- I. prescrição de profissional legalmente habilitado;
- II. laudo clínico justificando a indicação terapêutica;
- III. comprovação de insuficiência financeira que inviabilize a aquisição do medicamento sem prejuízo do sustento próprio ou familiar;
- IV. cumprimento das normas sanitárias da ANVISA e das diretrizes técnicas do Ministério da Saúde.

§ 1º Os medicamentos deverão ser produzidos ou distribuídos por estabelecimentos devidamente regularizados perante as autoridades competentes no Brasil ou no país de origem.

§ 2º A obrigatoriedade prevista no *caput* abrange unidades públicas de saúde, instituições privadas conveniadas ao SUS e entidades filantrópicas contratualizadas.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Clarissa Tércio - PP/PE**

Apresentação: 25/11/2025 19:41:39.497 - Mesa

PL n.5969/2025

§ 3º O Ministério da Saúde poderá incorporar novos fármacos similares, desde que aprovados pela ANVISA, após análise de eficácia, segurança e custo-efetividade.

Art. 5º A execução desta Política caberá aos órgãos de gestão estadual do Sistema Único de Saúde – SUS, observadas suas competências legais e normativas.

Parágrafo único. A execução deverá ocorrer de forma articulada com as Comissões Intergestores, os Conselhos de Saúde, instituições de pesquisa, entidades da sociedade civil organizada e representantes dos usuários, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde e com a legislação que rege o SUS.

Art. 6º As despesas para execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao Sistema Único de Saúde – SUS, observados os limites previstos na legislação orçamentária anual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

A obesidade é reconhecida mundialmente como doença crônica, progressiva e multifatorial, exigindo abordagens integradas e contínuas. No Brasil, os índices vêm crescendo de forma acelerada, atingindo milhões de cidadãos e provocando impacto direto no aumento da prevalência de diabetes tipo 2, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, dislipidemias, apneia do sono, esteatose hepática, síndromes metabólicas, distúrbios hormonais e





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Clarissa Tércio - PP/PE**

diversos tipos de câncer. As consequências ultrapassam o adoecimento individual, refletindo-se em incapacidade laboral, mortalidade precoce e sobrecarga econômica ao Sistema Único de Saúde.

Os medicamentos modernos indicados para o tratamento da obesidade e do diabetes tipo 2, entre eles os agonistas de GLP-1, agonistas duplos GLP-1/GIP e fármacos similares, representam uma revolução terapêutica. Evidências clínicas publicadas em periódicos de referência internacional demonstram eficácia superior na redução de peso, controle glicêmico, diminuição do risco cardiovascular e melhora da qualidade de vida, superando resultados obtidos com terapias convencionais isoladas.

Apesar dos avanços científicos, o alto custo desses medicamentos inviabiliza o acesso para grande parte da população brasileira, aprofundando desigualdades e permitindo a progressão das doenças até estágios mais graves, que exigem intervenções dispendiosas e complexas, como a cirurgia bariátrica, cujo tempo de espera no SUS é elevado e cujas eventuais complicações geram ainda mais custos ao sistema público.

A adoção desta Política Nacional amplia o acesso a tratamentos eficazes, menos invasivos e economicamente mais viáveis a médio e longo prazo. Ao oferecer alternativas farmacológicas modernas antes da indicação cirúrgica, o SUS reduz internações, previne complicações, protege vidas e racionaliza recursos, alinhando-se às práticas adotadas em diversos países que reconhecem o potencial transformador dessas terapias emergentes.

A previsão de inclusão de medicamentos similares permite que a política permaneça atualizada diante de novas tecnologias, garantido flexibilidade regulatória e incorporação contínua de terapias inovadoras que venham a ser aprovadas pela autoridade sanitária.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Clarissa Tércio - PP/PE**

Trata-se, portanto, de uma medida urgente, socialmente justa e tecnicamente fundamentada, que assegura dignidade, saúde e qualidade de vida à população brasileira. Diante da relevância epidemiológica, científica e econômica, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposta.

Sala de sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**CLARISSA TÉRCIO**

Deputada Federal (PP/PE)

Apresentação: 25/11/2025 19:41:39.497 - Mesa

PL n.5969/2025

